

NOTA SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 E O FORTALECIMENTO DO FEDERALISMO BRASILEIRO

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e as entidades estaduais de Municípios signatárias da presente nota vêm a público para defender o fortalecimento do federalismo brasileiro e reforçar a urgência de vacinação em massa da população brasileira por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI). Esse é um momento em que a soma de esforços representa o único caminho para o enfrentamento da crise sanitária, política e econômica que a nação brasileira enfrenta e cujo agravamento encaminha o esgarçamento do tecido institucional, político e social.

Assim, diante de uma das mais graves crises sanitárias enfrentadas pelo mundo, o movimento municipalista entende que **a compra e a distribuição de TODAS as vacinas devem ser feitas pela União a fim de que se tenha igualdade entre todos os brasileiros**. Não se pode aceitar o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). É fundamental fortalecer o pacto federativo e a equidade no tratamento dos cidadãos brasileiros, especialmente em um momento como esse em que os mais vulneráveis já sofrem drasticamente os efeitos sanitários, sociais e econômicos da pandemia.

É indispensável informar a população brasileira que, na atualidade, embora haja recursos financeiros para a compra, não há disponibilidade de imunizantes no mercado que possibilitem a aquisição por Estados e Municípios com a imediata distribuição. Liderado pela CNM, o movimento municipalista conta com grupo técnico de monitoramento da produção mundial de vacinas e da atuação da União via PNI, cobrando do governo federal **a compra e a distribuição célere** das 350 milhões de doses anunciadas pelo Ministério da Saúde em reunião com as lideranças municipalistas no dia 3 de março.

No entanto, **caso persista a indefinição em relação ao cumprimento do calendário de distribuição pelo governo federal, o movimento municipalista defende que haja uma concertação nacional temporária dos Estados e seus respectivos Municípios para a aquisição suplementar das vacinas, respeitando-se o princípio constitucional de igualdade entre os brasileiros**. Nesse cenário de vácuo da União e falha do PNI, esse processo pode ser facilitado com a utilização dos 305 consórcios públicos que já atuam na área de saúde e que abrangem 3.612 Municípios brasileiros, não sendo necessária e efetiva a criação de novas estruturas para esse fim.

O Brasil possui sistema de saúde pública reconhecido mundialmente pela sua capacidade de descentralização e capilaridade capaz de responder às demandas de forma imediata e homogênea em um território continental. No entanto, apesar de uma eficiente distribuição interna de vacinas dos Estados para os Municípios – permitindo que todas as estruturas físicas e de pessoal dos poderes locais apliquem a vacina de forma rápida e simultânea – a oferta de imunizantes pela União, a quem cabe a coordenação do sistema, ocorre correlativamente de maneira lenta.

Os prefeitos do Brasil entendem que esse é um momento crítico e no qual o papel de COORDENAÇÃO da União faz-se indispensável para a sustentação da FEDERAÇÃO. O movimento municipalista conchama as autoridades e a população brasileira para ações efetivas de bom senso e responsabilidade com a paz social e o atendimento às urgências da população a fim de se evitar o caos econômico e social iminente.

É hora de despolitizar a pandemia para que todas as lideranças, em quaisquer dos níveis federativos, na sua ação pessoal, sirvam de exemplo, respeitem o distanciamento social, usem máscara e liderem com empatia e sentimento humanitário as suas populações.

Não cabe uma transferência de responsabilidade – o tradicional “jogo de empurra” – em um momento dramático e sem precedentes como este. É urgente que todos - das três esferas de governo - trabalhem de forma harmônica e colaborativa para que, no menor prazo, seja possível aparelhar os hospitais, contratar leitos de UTI e, fundamentalmente, adquirir as vacinas, caminho único para que se retorne à tão necessária normalidade da vida econômica e social.

Os gestores municipais reafirmam a sua responsabilidade no enfrentamento da pandemia e apelam para a urgente vacinação em massa da população para evitar o agravamento da tragédia nacional sem precedentes e um irreparável conflito federativo.

Glademir Aroldi

Presidente da CNM

José da Souza Cunha

Presidente da FGM/GO

Jair Aguiar Souto

Presidente da AAM/AM

Marcos José Scorsatto

AGM/RS

Hugo Wanderley

Presidente da AMA/AL

Paulo Sérgio de Rezende

Presidente da AGM

Sebastião Bocalom

Presidente da AMAC/AC

Carlos Sampaio Duarte
AMEAP/AP

Luiz Neves
AMERJ/RJ

Julvan Lacerda
Presidente da AMM/MG

Neurilan Fraga
Presidente da AMM/MT

Darlan Scalco
AMP/PR

Joner Chagas
AMR/RR

Gilson Daniel
Presidente da AMUNES/ES

José Coimbra Patriota Filho
Presidente da AMUPE/PE

Frederico Guidoni
Presidente da APM/SP

Paulo César de Moraes
Presidente da APPM/PI

Francisco de Castro Menezes Junior
Presidente da APRECE/CE

Célio Lang
Presidente da AROM/RO

Valdir Júnior
Presidente da ASSOMASUL/MS

Diogo Borges
Presidente da ATM/TO

Erlânio Furtado
Presidente da FAMEM/MA

Wagne Costa Machado
Presidente da FAMEP/PA

Christiano Cavalcante
Presidente da FAMES/SE

George Porciúncula
Presidente da FAMUP/PB

Emanuel Hassen
Presidente da FAMURS/RS

Clenilton Pereira
Presidente da FECAM/SC

Anteomar Pereira
Presidente da FEMURN/RN

Eures Ribeiro
Presidente da UPB/BA